

“Um país à beira do abismo” – os discursos dos editoriais de Zero Hora sobre o contexto nacional anterior ao golpe de 1964¹

CARGNELUTTI, Camila Marchesan²

BORELLI, Viviane³

UFSM/RS

Resumo: O presente estudo analisa a forma como Zero Hora (ZH) referenciou a situação econômica, política e social do Brasil anterior ao golpe de 1964 nos editoriais publicados posteriormente, nos aniversários da intervenção militar ao longo da ditadura civil-militar brasileira. Dentre os objetivos da pesquisa estão analisar os discursos dos editoriais de ZH referentes ao contexto brasileiro anterior ao golpe e identificar o posicionamento do jornal frente ao episódio que deflagrou 21 anos de ditadura no país. Para responder o problema de pesquisa e alcançar os objetivos, o aporte teórico-metodológico utilizado é a Análise de Discurso (AD), que permite uma análise contextualizada com a conjuntura sócio-histórica do momento. Os resultados da pesquisa demonstram a construção de discursos por parte de ZH que procuram legitimar, por meio de distintas estratégias discursivas, a ditadura civil-militar brasileira, apontando para um alinhamento ideológico entre o periódico analisado e o regime ditatorial.

Palavras-chave: Editorial; Zero Hora; golpe civil-militar; Análise de Discurso.

Entre a modernização, a censura e o alinhamento ideológico: a imprensa e o golpe

Na madrugada do dia primeiro de abril de 1964, um golpe civil-militar pôs fim ao governo do presidente João Goulart. Os militares tomaram o poder, interrompendo o ciclo democrático e iniciando um período de repressões e violências institucionais, que afetaram principalmente os setores da sociedade identificados politicamente com a esquerda. O golpe de 1964 foi aprovado por alguns setores da sociedade brasileira - empresários, grandes proprietários rurais, setores da classe média e da imprensa inclusive estimularam a intervenção militar no governo de João Goulart. Dentre os argumentos encontrados para defender o posicionamento favorável ao golpe estavam, por exemplo, a necessidade de controlar a crise econômica. Tão logo os militares

1 Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Impressa, integrante do 5º Encontro Regional Sul de História da Mídia – Alcar Sul 2014.

2 Jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM / Email: camila.m.cargnelutti@gmail.com

3 Prof.^a Dr.^a do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM / Email: viviborelli10@gmail.com



assumiram o poder em 1964, deu-se início a um regime político onde a autoridade do Estado era privilegiada em detrimento da liberdade e dos direitos individuais e o poder Executivo estava em um patamar mais elevado em relação aos poderes Legislativo e Judiciário.

Ao longo do período ditatorial o governo militar buscou legitimar juridicamente suas ações políticas através dos Atos Institucionais. Com eles, os militares procuravam justificar os atos de exceção cometidos durante a ditadura e que atingiram diretamente os direitos humanos básicos. Durante sua vigência, esse período ficou oficialmente conhecido como “Revolução” e não como ditadura, e seus governos – “revolucionários” – tentaram forjar um ambiente democrático.

Nesse contexto, a imprensa desempenhou um papel crucial desde os preparativos do golpe civil-militar até o estabelecimento do novo regime. Para o sucesso e legitimação do Golpe, os militares investiram fortemente em propaganda política, que procurava enaltecer as “melhorias” de seu governo, e contaram com o apoio de jornais de grande circulação na época.

O crescimento do mercado das comunicações no período pode ser percebido, por exemplo, no surgimento de muitas faculdades de Comunicação e Jornalismo nas décadas de 60, 70 e 80, na primeira regulamentação da profissão de Jornalista ocorrida em 1969 com o Decreto-Lei nº 972 e na exigência legal do diploma para o exercício da profissão de Jornalista ocorrida em 1970. Para Romancini e Lago (2007, p. 121), “o regime militar, via crescimento econômico, colabora indiretamente para o crescimento da imprensa, mas o ambiente repressivo do regime militar tenta controlá-la para legitimar-se”. Esse controle tornou-se ainda mais forte a partir da edição do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Além de diversas outras arbitrariedades, de acordo com Romancini e Lago (2007, p. 127), com o AI-5 “a censura aos meios de comunicação é institucionalizada, embora sob formas disfarçadas ou negadas”.

Outra forma de controlar os meios de comunicação, não tão explícita quanto a censura, era através dos financiamentos às empresas do setor, favorecendo a construção de sedes modernas e a compra de equipamentos – bem como negando esses “benefícios” às empresas que criticavam ou não obedeciam as ordens do governo. De acordo com Motta (2003, p. 7), a ditadura militar brasileira concentrou esforços, na



década de 60 e 70, na implantação da infraestrutura de comunicações “indispensável ao crescimento dos veículos de mídia que lhe acobertavam e na oligopolização do setor e criação de grandes redes nacionais”. Para Abreu (2002, p. 15), a modernização dos meios de comunicação na ditadura estava associada à ideologia da segurança nacional, pois um sistema de informações que conseguisse “integrar” o país era “essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos”.

Todos esses conflitos também tiveram reflexos no Rio Grande do Sul. Sob as cinzas do jornal Última Hora de Porto Alegre, que havia sido fechado por razões políticas com a eclosão do golpe civil-militar, nasce o jornal Zero Hora – em 4 de maio de 1964, exatamente um mês e três dias após o golpe. No primeiro editorial do novo jornal, publicado na data de seu lançamento, Zero Hora afirma que “se manterá na defesa dos princípios cristãos” e apoiará a todos aqueles “que lutam para impedir a implantação em nosso país de ideologias contrárias às nossas tradições democráticas”. Entre 1967 e 1970, o jornal Zero Hora é adquirido gradualmente por Maurício Sirotsky Sobrinho e passa a fazer parte da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), afiliada à Rede Globo. O jornal surge quando os militares assumem o poder e, para Motta (2003, p. 15), o alinhamento com o regime foi automático. Era necessário como “manobra de sedimentação do jornal e da própria empresa”. Sobre o fechamento de Última Hora e a origem de Zero Hora, Guareschi e Ramos (1992, p. 70) também afirmam que a extinção de UH ocorreu por razões políticas e que seu sucedâneo deveria estar afinado com as contingências da ditadura.

Nesse contexto, e considerando-se a recente criação da Comissão Nacional da Verdade⁴, que tem trazido à tona um debate silenciado por muito tempo, é de importância fundamental um espaço para a discussão das relações entre mídia e ditadura. A CNV foi instituída com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos entre 1946 e 1988. O relatório das atividades do primeiro ano de atuação foi apresentado em solenidade realizada em Brasília, aberta ao público e transmitida ao vivo no dia 21 de maio de 2013. A criação da CNV está pautando debates que até então

⁴ A Comissão Nacional da Verdade (www.cnv.gov.br) foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012.



praticamente não tinham espaço na mídia tradicional, como a questão da importância da preservação da memória, da busca pela justiça e pelo conhecimento do passado do nosso país.

Relacionados aos debates e temas que a CNV está pautando no Brasil, dois acontecimentos marcaram o mês de novembro de 2013. O primeiro foi a exumação do corpo de Jango⁵ com a finalidade de apurar as circunstâncias de sua morte. A família de João Goulart acredita na possibilidade de envenenamento do ex-presidente por motivos políticos durante o exílio na Argentina, em 1976. Desde 2007, o caso está sendo investigado pelo Ministério Público Federal e, a partir de 2012, a CNV passou a colaborar com as investigações. O segundo acontecimento foi a anulação da sessão de 1964⁶ que declarou vaga a presidência da República, ocupada por Goulart. Na época, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou a vacância da presidência inconstitucionalmente, uma vez que o presidente Goulart se encontrava no país. A anulação, mais do que demonstrar a falta de legitimidade do golpe e da ditadura que se instaurou a partir dele, é um ato de justiça histórica para o Brasil e para os brasileiros. Ambos os acontecimentos refletem uma maior abertura para esclarecimentos sobre o passado recente do país e, mais do que isso, são passos importantes na luta pela nossa memória.

Também em 2014 completam-se 50 anos do golpe civil-militar. Assim, os estudos que analisem o modo como a mídia referencia esse episódio têm sua importância renovada. A pesquisa faz-se necessária não só para obtermos um leque maior de dados a respeito da época e avançarmos no que diz respeito à recuperação de nosso passado e de nossa memória, como também para alcançarmos um entendimento mais amplo e aprofundado sobre o tratamento jornalístico que o golpe militar de 1964 recebeu no Brasil e, mais especificamente, no Rio Grande do Sul. A necessidade de preservação da memória, de conhecimento da verdade e de aprender com as lições desse passado recente são fundamentais para a construção do nosso presente e planejamento

⁵ Mais informações sobre a exumação dos restos mortais de Jango podem ser encontradas no seguinte link: <http://www12.senado.gov.br/noticias/videos/2013/11/para-filho-de-jango-exumacao-e-apanas-primeiro-passo-para-restauracao-da-verdade>.

⁶ Mais informações sobre a anulação da sessão de 1964 podem ser encontradas no seguinte link: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/11/21/congresso-anula-sessao-que-afastou-jango-e-abriu-caminho-para-o-golpe-de-1964>.

do nosso futuro.

Diante da diversidade de coberturas e posicionamentos a respeito do episódio de 1964 e das consequências resultantes dele, definimos uma mídia para a análise. O jornal Zero Hora, por sua origem atrelada à ditadura, por sua importância e abrangência⁷ foi o escolhido para o estudo. O objetivo do artigo é analisar os editoriais de Zero Hora referentes à situação econômica, política e social do país anterior ao golpe de 1964 nas datas comemorativas desse episódio, considerando o contexto em que o jornal está inserido, e identificar o posicionamento do jornal a respeito do golpe civil-militar. O artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla⁸, que abrange diferentes categorias para a análise dos discursos de aniversário do golpe de 1964 nos editoriais de ZH ao longo da ditadura civil-militar brasileira.

A construção dos discursos jornalísticos

O discurso do jornal, de acordo com Maurice Mouillaud (2002), não está solto no espaço – está envolvido em um “dispositivo”. Este não deve ser compreendido apenas como um suporte técnico, mas como um lugar onde se inscrevem os textos e que prepara o leitor para o sentido. Assim, para Mouillaud (2002, p. 32) “o dispositivo não comanda apenas a ordem dos enunciados, mas a postura do leitor”. Além disso, os dispositivos encaixam-se uns nos outros – o jornal, por exemplo, faz parte do dispositivo da informação e possui outros dispositivos subordinados, tais como o dispositivo editorial, foco do presente trabalho – e pertencem a lugares institucionais. Neste contexto, Mouillaud (2002) afirma que o dispositivo jornal e o lugar institucional são indissociáveis do sentido, orientando a interpretação dos discursos que ali se inscrevem. Ainda de acordo com Mouillaud (2002, p. 51), é importante frisar que o sentido que o jornal leva aos leitores é por eles “remanejado a partir de seu próprio

⁷ De acordo com dados de 2012 da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Zero Hora é o jornal de maior circulação no Rio Grande do Sul e, em nível nacional, ocupa a 6ª posição. Pesquisa disponível em:

<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>

⁸ O artigo é resultado da monografia “*É tempo de construir o Brasil Grande*”: Uma análise dos editoriais de Zero Hora nos aniversários do golpe civil-militar de 1964, apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Federal de Santa Maria, em 2013.

campo mental e recolocado em circulação no ambiente cultural”.

Para Márcia Benetti (2010, p. 107) o jornalismo é visto como um “lugar de circulação e produção de sentidos” e seu discurso deve ser considerado como histórico, associado ao contexto em que está inserido. Para a autora, se assim o entendemos “somos obrigados a abandonar uma outra visão ingênua, a de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção de sentidos” (2010, p. 109). Assim, a relação entre linguagem e exterioridade não apenas repercute no discurso, como o constitui. Para compreender o jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos é necessário entender também que os sentidos são determinados por configurações ideológicas, que instam a construção de um discurso. De acordo com Benetti (2010, p. 112), uma formação discursiva é “aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito”. Dessa forma, a formação discursiva está amarrada a uma formação ideológica.

Considerando que o discurso jornalístico está relacionado ao seu contexto histórico e a ideologias que determinam a visibilidade ou o ocultamento de informações, Benetti e Jacks (2001) afirmam ainda que o jornalismo enquanto “espelho” do real não encontra nenhuma sustentação teórica. No entanto, as instituições jornalísticas seguem construindo sua imagem como capazes de um relato fiel dos fatos e da realidade – fazer com que o leitor acredite no mito da objetividade e na separação entre opinião e informação continua sendo fundamental para o jornalismo.

Para Manuel Carlos Chaparro (1998), a separação histórica do jornalismo em opinião e informação não é possível. O autor acredita que esta divisão é um falso paradigma, uma vez que o jornalismo não é dividido entre informação e opinião, mas construído na interação permanente desses dois elementos. Chaparro (1998) justifica sua posição explicando que dentro do dispositivo jornal não existem lugares exclusivos para a informação ou para a opinião e defende que o jornalismo é construído justamente através da interação entre eles.

A partir das discussões teóricas apresentadas anteriormente a respeito do jornalismo em relação com o contexto em que está inserido, Marques de Melo (2003) explica que admitir a existência dessas duas categorias de jornalismo – informativo e opinativo –, que correspondem ora ao relato dos fatos ora ao das ideias, “não significa

absolutamente desconhecer que o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, onde a expressão ideológica assume caráter determinante” (p. 25). Assim, sua classificação consiste em levar em consideração a intencionalidade principal dos relatos jornalísticos e suas peculiaridades estruturais. Dessa forma, a opção pela análise específica dos editoriais de um jornal resulta da compreensão desse dispositivo como o espaço dedicado à opinião institucional, o lugar onde está mais explícita a “voz do jornal” (BELTRÃO, 1980, p. 52), sem desconsiderar as discussões a respeito dos limites e aproximações entre informação e opinião.

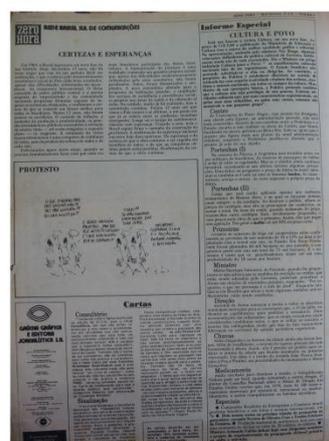
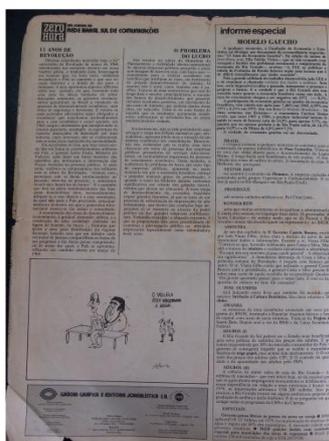
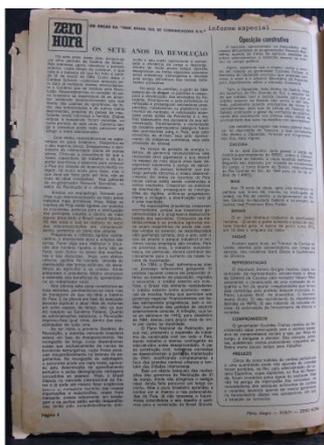
Procedimentos teórico-metodológicos

A partir do problema de pesquisa e dos objetivos deste estudo foram selecionados os editoriais de aniversário do golpe ao longo da ditadura civil-militar com referência ao contexto socioeconômico brasileiro anterior à intervenção militar de 1964. Foram analisadas as edições desde o primeiro aniversário do golpe, em 1965, até o último, em 1984 e selecionaram-se, de acordo com o problema e a temática deste trabalho, seis editoriais para a análise final. Os editoriais de aniversário que compõem o *corpus* de análise possuem referência direta ao golpe civil-militar de 1964 e à situação econômica, política e social do país no período que antecedeu a intervenção militar. Para a construção da análise, optou-se por metodologias qualitativas e relacionadas aos estudos dos discursos, com a Análise de Discurso como aporte teórico-metodológico.

De acordo com Eni Orlandi (2009, p. 15) a “Análise de Discurso concebe a linguagem como a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”. A AD trabalha com o discurso inserido no mundo, na história, relacionando a linguagem à exterioridade. Dessa forma, a AD ajuda na problematização da interpretação de um discurso e contribui para percebermos que a neutralidade não existe – não existe discurso sem sujeito e tampouco existe sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2009).

Para melhor sistematização da análise, os editoriais foram numerados de acordo com a ordem temporal e nomeados de acordo com o título, seguindo-se a abreviação E1, E2, E3 – Editorial 1, Editorial 2, Editorial 3 e assim por diante. Conforme explicado anteriormente, este trabalho é um recorte decorrente de um projeto maior que abrange

diferentes categorias de análise para esses e outros editoriais de Zero Hora nos aniversários do golpe ao longo da ditadura civil-militar. Para melhor visualização da análise, serão grifadas em negrito algumas partes dos editoriais. A seguir, também podem ser observadas as miniaturas dos editoriais que compõem o *corpus* de análise:



Legenda: Da esquerda para a direita, primeira linha:

Editorial 1 – “Aniversário” – E1, Zero Hora, 31/03/1967, p. 4

Editorial 2 – “Os sete anos da Revolução” – E2, Zero Hora, 31/03/1971, p. 6

Editorial 3 – “Anos de restauração” – E3, Zero Hora, 30/03/1972, p. 4

Da esquerda para a direita, segunda linha:

Editorial 4 – “Figura tutelar” – E4, Zero Hora, 31/03/1973, p. 4

Editorial 5 – “11 anos de Revolução” – E5, Zero Hora, 31/03/1975, p. 4

Editorial 6 – “Certezas e esperanças” – E6, Zero Hora, 31/03/1976, p. 4

“Um país à beira do abismo”: os editoriais de Zero Hora em análise

O período conturbado político e economicamente que antecedeu o golpe civil-militar de 1964 é apontado como uma das razões para a deflagração da quebra constitucional que destituiu João Goulart da presidência do Brasil. A crise econômica e de crédito crescente, com altos índices de inflação, crescimento mínimo e endividamento externo somava-se à instabilidade política e ideológica do país e favorecia os argumentos da direita e das classes conservadoras em favor de transformações profundas na política nacional. Nesse sentido, a grande imprensa, de maneira praticamente unânime, desempenhou um papel fundamental, expondo a situação econômica crítica do país, colocando-se contra o governo de Goulart e advogando pela necessidade de uma ruptura institucional. Passado o golpe, a postura de relembrar o passado econômico instável do país como uma justificativa para o “Movimento Revolucionário” ainda pode ser percebida. Na sequência, selecionamos algumas FDs dos editoriais de Zero Hora durante a ditadura civil-militar em que se evidencia essa situação.

No E1, de 1967, o golpe de 1964 é lembrado como um movimento em reação à “anarquia que se instaurava no país”. Nesse sentido, um dos princípios básicos que guiaram os “próceres distintos de articulações revolucionárias” era a cura da economia nacional, “dessangrada pela inflação galopante e pela corrupção generalizada”. No E2, de 1971, faz-se um apanhado de situações do contexto brasileiro antes do golpe, para em seguida confrontá-las com a modernização do país naquele momento. A seguir separamos alguns trechos que explicitam o contexto do Brasil governado por Goulart:

Éramos um arquipélago, formado por ilhas cuja intercomunicação se fazia pelos **métodos mais primitivos** (E2, Zero Hora, 31 de março de 1971, p. 6).

Pregava-se a reforma agrária confiscatória, a **distribuição pura e simples das terras. Fazer algo para melhorar a situação dos homens ligados à terra não se fazia**; tudo ficava **no plano dos manifestos e dos discursos** (E2, Zero Hora, 31 de março de 1971, p. 6).

Ao ter início o primeiro Govêrno da Revolução, a marinha mercante brasileira estava **em fase de desaparecimento**. Na navegação de longo curso dependíamos quase que exclusivamente de navios de bandeiras estrangeiras, cujos fretes **pesavam insuportavelmente na balança de pagamentos**. Na

navegação de cabotagem, **o panorama ainda era mais triste, agravado pela deterioração** do aparelhamento portuário e pelas demagógicas vantagens concedidas ao pessoal (E2, Zero Hora, 31 de março de 1971, p. 6).

Nesse editorial há marcas que remetem ao fato de a comunicação no país no período pré-golpe ser arcaica, que se fazia através dos “métodos mais primitivos”. O E2 critica ainda o posicionamento de Jango, que propôs as reformas de base em seu governo, inclusive a agrária, e qualifica-a como uma “distribuição pura e simples de terras”. Além disso, acrescenta que o governo nada fazia para “melhorar a situação dos homens ligados à terra” e que todo o planejamento e as propostas de melhorias e desenvolvimento de Goulart ficavam “no plano dos manifestos e dos discursos”. A fim de não deixar dúvidas a respeito do estado caótico e triste do governo anterior ao golpe, ZH ainda lista outros exemplos: a marinha mercante “em fase de desaparecimento”, a dependência de navios estrangeiros para a navegação de longo curso, “cujos fretes pesavam insuportavelmente na balança de pagamentos”, e o panorama “ainda mais triste” da navegação de cabotagem, devido à deterioração dos portos.

Somam-se a esses problemas, outros que o E2 também descreve. Sobre a inflação à época de Goulart, ZH afirma: “Em 1964, o Brasil defrontava-se com um processo inflacionário galopante”. A respeito do crescimento econômico nacional e do crédito externo, lembra: “O produto nacional crescia em proporção inferior ao aumento da população; regredia a economia; o crédito externo era nulo”. Sobre os créditos externos durante o governo de João Goulart, o E2 ainda recorda do “caráter humilhante dos pedidos de socorro anteriormente comuns”.

O E3, de 1972, também visibiliza algumas dessas questões, como a crise do comércio marítimo – “não tínhamos mais marinha mercante” – e a reforma agrária – “a agricultura e a pecuária eram ameaçadas por uma reforma agrária de propósitos demagógicos”. Além desses, distingue as elevadas taxas de inflação da época, as “greves e arruaças” organizadas por grupos reconhecidamente de esquerda e a crise de crédito que atingia o país:

Fazem parte de **um passado que se afigura distante**, na curta memória das massas, aqueles dias em que **a inflação era estimada à taxa de 12% mensais**. Como fazem parte do passado aqueles dias em que **não se contavam as horas de trabalho, mas as consumidas em greves e arruaças**. E também merecem apenas algumas linhas de história os dias em que o **crédito externo do país descera a zero**, em que **empréstimos eram**

negociados de chapéu à mão para cobrir obrigações decorrentes dos juros de operações vencidas (E3, Zero Hora, 30 de março de 1972, p. 4).

Nesse trecho do E3, destacamos ainda dois exemplos onde se utilizam expressões para intensificar o “caos” da época. Na primeira expressão utilizada por ZH, afirma-se que nos dias anteriores ao golpe “não se contavam as horas de trabalho, mas as consumidas em greves e arruaças”. E na segunda, soma-se à afirmação de que o crédito externo do país descera a zero, a expressão que reforça isso – os empréstimos eram “negociados de chapéu à mão” –, o governo tinha de implorar créditos e submeter-se às condições dos credores. Dessa forma, não restam ao leitor dúvidas das proporções da crise econômica que atingia o país e da ineficiência do governo Goulart para controlá-la ou superá-la. Para reforçar a insustentabilidade da situação brasileira durante o governo de Goulart, ZH afirma claramente que “nunca o Brasil esteve tão à beira do abismo, para usar a imagem consagrada”. Dessa forma, ZH demarca seu posicionamento editorial e mostra aquilo que deseja que os leitores saibam (MOUILLAUD, 2002).

Frente à situação caótica em que se encontrava o país, o golpe é visto como uma necessidade e, mais que isso, inevitável. Assim, tão logo assumiu o general Castelo Branco, em 1964, era necessária uma “atuação enérgica, cirúrgica mesmo, tanto no campo político quanto no setor da economia e das finanças”. É o que afirma o E4, de 1973, que também reforça a crise econômica brasileira no governo Goulart: “tão grave era, à época, a situação do país que Castello Branco, em que pesasse a sua natural discrição, afirmou ser ‘sindicó de massa falida’”.

Sobre essa questão, também no E5 Zero Hora corrobora a importância dos militares nesse contexto que, “vencendo toda uma série de óbices herdados de administrações anteriores” conseguiram assegurar o desenvolvimento econômico e o progresso do país. Afirma ainda no E5 que “mesmo os mais acirrados adversários serão obrigados a reconhecer que marchávamos aceleradamente para o caos econômico e social” quando a intervenção militar de 1964 “recompôs as esperanças” da maioria da população.

No E6, de 1976, caracteriza-se o passado anterior ao golpe como um “tempo do subdesenvolvimento sem esperança”. O E3 também relaciona o “Movimento

Revolucionário” e a instauração do novo governo ao fim de dias de “desânimo e descrença” da população em relação aos destinos do país. Ainda nesse editorial, observamos a seguinte FD:

O governo de então **sequer se pode dizer que tenha sido derrubado**; na verdade, **dissolveu-se**; quem ameaçava céus e terras à noite de 13 de março de 1964, tomou com **rapidez insuspeitada o rumo do exílio** (E3, Zero Hora, 30 de março de 1972, p. 4).

O trecho acima afirma que o presidente Goulart não foi derrubado – “na verdade, dissolveu-se”. Com isso o editorial prega a legitimidade do governo instaurado a partir dessa “dissolução”, uma vez que, subentende-se, o movimento revolucionário não se utilizou de força e o próprio presidente teria saído de cena, tomando “com rapidez insuspeitada o rumo do exílio”. Infere-se que João Goulart “fugiu” para o Uruguai, abandonando o país e deixando-o ao comando dos militares. ZH “esquece” de dizer que, ainda na madrugada do dia 2 de abril, mesmo com Jango ainda em território nacional, o senador presidente do Congresso ignorou o fato e declarou, de maneira inconstitucional, a vacância da presidência da República. ZH afirma que o presidente teria abandonado o país, rumo ao exílio, reforçando a impressão de que os militares assumiam em benefício da população, como se esta fosse a única atitude possível naquele momento para enfrentar a crise econômica, política e social que atingia a nação.

Passados vários anos após o golpe civil-militar e com a ditadura já instaurada, ainda era importante para o periódico continuar lembrando a população brasileira da situação caótica em que se encontrava o país governado por Goulart e ressaltar que essa situação era insustentável e levaria o país ao abismo. ZH, por meio de seus editoriais, fez questão de recordar a população desse passado, ao mesmo tempo em que listava uma série de benefícios e progressos que a “Revolução” trouxe para o Brasil, colocando as Forças Armadas como agentes da salvação de um país em colapso econômico e social. A comparação entre os tempos frutíferos da época dos editoriais com um tempo anterior de “desesperança”, “descrença” e “desânimo” funcionava como uma forma de legitimação do golpe e da ditadura civil-militar deflagrada por ele.



Considerações finais

Nota-se que para ZH não bastava mostrar as conquistas da “Revolução”, era necessário evidenciar a ineficiência de um governo identificado com o populismo de Vargas e visibilizar a crise econômica, social e política do país antes do golpe. Além disso, a publicação dos editoriais servia para reforçar a insustentabilidade da situação à época, fazendo com que o golpe fosse visto como inevitável, e mais do que isso, como um desejo e uma necessidade da maioria da população brasileira. Dessa forma, o posicionamento observado nos editoriais de ZH demonstra estar de acordo com a ideologia vigente no período, lembrando as discussões de Marques de Melo (2003) sobre a direção ideológica da mídia em refletir também a visão da sociedade em que ela está inserida.

A legitimação do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar instaurada a partir dele fica evidente através da presente análise. Quando Zero Hora afirma em seus editoriais que o “Movimento Revolucionário de Março” era “necessário” frente a um governo ineficiente, que levava o país ao caos econômico e social e ainda ressalta que a situação era insustentável e que levaria o país ao abismo, nota-se que o jornal legitima a intervenção militar. Também é legitimada a quebra da constitucionalidade quando as Forças Armadas são apresentadas como a salvação para um país em colapso econômico e social e quando coloca-se o golpe de 1964 como um “anseio da população”, ao qual os militares souberam “interpretar” e atender ao pedido. Através da análise dos discursos dos editoriais de Zero Hora, infere-se que o jornal contribuiu para a legitimação do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar instaurada com ele, o que, por sua vez, aponta para um alinhamento ideológico entre a instituição jornalística ZH e o regime ditatorial.



Referências

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis, RS: Vozes, 2010.

BENETTI, Marcia; JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. In: **X Compós – Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1217.pdf>. Acesso em: 29 out. 2013.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Jornalismo não se divide em opinião e informação. In: CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'Aquém e d'Além Mar – Percursos e Gêneros do Jornalismo Português e Brasileiro**. Jortejo Edições, Santarém (Portugal), 1998.

GUARESCHI, Pedrinho A.; RAMOS, Roberto. **A Máquina Capitalista**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3.ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MOTTA, Diego Airoso da. **Os direitos humanos no Jornal Nacional e no Diário Gaúcho: Entre a dominação e a emancipação**. 34.º Encontro anual da ANPOCS – Direitos humanos, políticas e diversidade cultural.



50 anos do Golpe Militar de 64

*"A história que a mídia faz,
conta ou não conta"*

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.